

**PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 001/2026**  
**Processo Administrativo nº: 09.26.012**  
**ESCLARECIMENTOS Nº.: 6**

**1)- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 6**

Pedido formulado por Luan Alvarenga Balieiro

Considerando o edital e seus anexos referentes ao procedimento retro indicado, bem como a necessidade de que sejam esclarecidos alguns pontos a respeito do seu teor, requer sejam respondidos os pedidos de esclarecimentos abaixo constantes. Caso algum questionamento se refira a normas que contenham espelho entre edital e seus anexos, pedimos a gentileza de esclarecer ambos, se entenderem feitos os questionamentos. Ademais, caso algum posicionamento proposto não se coadune com o entendimento preliminar da Administração, requer seja apresentado o posicionamento adequado, acompanhado da devida motivação, em atenção, inclusive, ao disposto na LINDB, sobretudo após o advento da Lei nº 13.655/18. Além disso, considerando que os pontos importam à apresentação das propostas, requer, ainda, sejam os esclarecimentos prestados em tempo hábil à formação dessas e em atenção ao disposto no art. 164 da Lei de Licitações, aplicável subsidiariamente ao certame. Trata-se de pressuposto para a observância da ampla competição, o que se registra respeitosamente. Passam-se aos pedidos de esclarecimentos propriamente ditos.

Considerando que há distinção entre a qualificação técnica operacional e técnica profissional, sendo ambas exigidas nos seguintes termos:

“8.10.1. A qualificação técnica das interessadas fundamenta-se na demonstração de robustez institucional, a saber:

I. Capacidade Técnico-Operacional (empresa/consórcio): comprovação de experiência prévia na execução de projetos de natureza e complexidade semelhantes ao lote pretendido, em número mínimo de projetos definido para cada lote;

II. Capacidade Técnico-Profissional (equipe-chave): demonstrada por meio de declaração de disponibilidade de equipe técnica compatível com as exigências previstas nos editais das futuras licitações, conforme Anexo VIII;”

Nesse contexto, imprescindível esclarecer se, pelo Lote 1 tratar de serviço essencialmente intelectual, constituído como consultoria jurídica, a apresentação de atestado emitido em nome de sócia da sociedade advocatícia constitui-se como elemento suficiente quando somado à declaração de disponibilidade conforme modelo anexo ao edital (Anexo VIII). Assim, comprovada a qualificação técnica profissional do

indivíduo que será responsável pelo objeto na contratação, bastaria comprovar o vínculo entre a empresa e o indivíduo para demonstrar a qualificação operacional. É este, inclusive, o entendimento da jurisprudência, sendo de suma importância a comprovação do vínculo entre os profissionais da equipe técnica e da empresa, a saber:

“9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/MG, consoante art. 9º da Resolução-TCU 315/2020, para que aperfeiçoe futuros editais, de que a comprovação do vínculo profissional do (s) responsável (eis) técnico (s) com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional, em conformidade com a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 498/2013TCU-Plenário;”

Nesse sentir, advogado ou advogada sócio (a) de um escritório constituem a própria sociedade, formando, pois, a experiência da empresa a partir da comprovação da execução prévia acerca do objeto em tela de cada profissional. Demonstra-se, portanto, a aptidão da empresa para se habilitar no certame, por meio da experiência de cada profissional, desde que seja demonstrado o vínculo societário com a empresa licitante. Negar a participação de empresa composta por sócios experientes, sem atestado técnico especificamente em nome da empresa, é impossibilitar a contratação futura de empresa capaz de executar o objeto, em afronta direta ao princípio da competitividade.

Ademais, a interpretação contrária equivaleria dizer que eventual escritório que contasse com ex-integrante da PBH Ativos, com experiência em concessões, não cumpriria o requisito. Ora, quem sempre executa o trabalho e logo acumula a experiência são as pessoas físicas.

Soma-se a isso que o Art. 67. § 3º da Lei 14.133/21, em aplicação subsidiária, prevê que a qualificação técnica, a critério da Administração, poderá ser substituída por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes.

Dessa forma, impõe-se a possibilidade de habilitação na presente Pré Qualificação Permanente de empresa composta por sócios experientes com o objeto em tela, sem atestado técnico especificamente em nome da empresa, sob pena de afronta ao princípio da competitividade.

Como segundo pedido de esclarecimento, considerando que a Lei nº 13.303/16 restringe a qualificação técnica a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório 1, busca esclarecimento acerca da restrição contida no Item 8.10.1.1 – Lote 01, segundo o qual:

“8.10.1.1. Como regra geral, as empresas ou consórcios deverão comprovar experiência na estruturação de projetos de desestatização, concessão, PPP ou ativos de infraestrutura de porte equivalente ao escopo do lote pretendido, admitida a soma de diferentes atestados de capacidade técnica, desde que sejam atendidos os requisitos de escopo definidos para o respectivo lote. Desta forma, para fins de cumprimento da qualificação técnica dos interessados, os atestados previstos na alínea “a” do item 8.10 deverão demonstrar experiência compatível com a descrição abaixo, por lote:

Lote 01 – Modelagem/Estudo Jurídico-Institucional Capacidade Operacional (Empresa/Consórcio): Comprovar, por meio de atestados de capacidade técnica ou documentos equivalentes, a prestação de serviços de consultoria jurídica na estruturação de projeto(s) de concessão ou PPP, cujo(s) estudo(s) tenha(m) atingido, comprovadamente, ao menos uma das seguintes fases: (i) 1ART. 58 publicação de consulta pública; e/ou publicação de edital de licitação.” (sublinhamos)

Há dúvida quanto à interpretação da restrição, na medida em que existem duas interpretações possíveis.

Por um lado, é possível dizer que o edital exige que o licitante possua atestado de atuação, especificamente, nas fases de “(i) publicação de consulta pública; e/ou publicação de edital de licitação” na estruturação de concessões e PPP’s. Caso se trate de interpretação que vincula a experiência, necessariamente, à fase do procedimento, o certame incorre em excesso de restrição, na medida em que a consultoria jurídica neste tipo de objeto envolve diversas fases de desenvolvimento similares entre si – podendo ocorrer, inclusive, consultoria referente às fases prévias à contratação, o que não pode ser confundido com falta de experiência concreta no escopo do serviço almejado com esta pré-qualificação. Isto é, o objeto do Edital ora analisado envolve, necessariamente, serviços técnicos prestados após a publicação do edital, exigindo, de forma inequívoca, a capacidade para prestar consultoria especializada acerca da estruturação, modelagem, gestão e comunicação de projetos de infraestrutura, de maneira que a constatação de experiência prévia suficiente para habilitar na presente Pré-Qualificação Permanente não se limitaria, necessariamente, à fase anterior à publicação do edital.

Por outro lado, caso seja possível extrair da disposição interpretação no sentido de que o licitante deverá comprovar a atuação em concessões e PPP’s que tenham se desenvolvido, temporalmente, para além da fase de consulta pública e edital de licitação, o interessado com atestado que especifique a atuação técnica prestada na fase pós-publicação do edital, mas que prestasse uma consultoria que aborde, também, os instrumentos convocatórios, em especial o Edital publicado, estaria perfeitamente apto. Nesta linha, entende-se que esta interpretação é muito mais adequada aos princípios das contratações públicas, especialmente porque a consultoria jurídica em distintas

fases do processo de estruturação de concessões e PPP's, embora distintas, são muito similares, sendo este entendimento respaldado pela jurisprudência:

a) 1. A LEI LICITATÓRIA NÃO PERMITE A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBJETO IDÊNTICO, SENDO ADMISSÍVEL TÃO SOMENTE O OBJETO SIMILAR, UMA VEZ QUE, PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO, NÃO HÁ DIFERENÇA TÉCNICA QUE IMPEÇA O LICITANTE QUE EXECUTOU OBJETO SEMELHANTE 2. ESSA EXIGÊNCIA É DESARRAZOADA E RESTRITIVA. 2. EXIGIR A COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA POR MEIO DE COMPROVAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXCLUSIVAMENTE DE TECNOLOGIA LED IMPLICA EVIDENTE RESTRIÇÃO À COMPETIÇÃO, O QUE É VEDADO PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE, POR OFENSA AO ART. 3º, § 1º, INCISO I, DA LEI 8.666/93<sup>2</sup>.

b) IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO [...] 2. A exigência de atestados ou declarações que objetiva a demonstração de capacidade técnico-operacional deve limitar-se à comprovação de fornecimento de objetos similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, devendo constituir, tão somente, garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir as obrigações contratuais, vedadas exigências excessivas que comprometam a competição<sup>3</sup>

Salienta-se que, para a participação acerca do Lote 1 em voga, trata-se da execução de "Consultoria em marcos regulatórios, elaboração e revisão de minutas de editais, contratos e instrumentos de garantias, bem como suporte jurídico-institucional em todas as fases dos projetos". Isto é, não se exige disponibilização de matérias e equipamentos complexos e vultosos para ser obrigatória a comprovação de qualificação técnica operacional.

Em outras palavras, a execução é, predominantemente, intelectual, bastando a comprovação de equipe técnica qualificada.

---

2 TCE-MG - DEN: 1015523, Relator.: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 02/08/2017, Data de Publicação: 23/08/2017.

3 TCE-MG - DENÚNCIA: 00000000000001188270, Relator.: CONS. EM EXERC. ADONIAS MONTEIRO, Data de Julgamento: 28/10/2025, SEGUNDA CÂMARA, Data de Publicação: 03/11/2025.

Ante o exposto, em síntese, requer os seguintes esclarecimentos:

a) Item 8.10.1 do Edital – considerando as razões acima, impõe-se a possibilidade de habilitação na presente Pré-Qualificação Permanente de empresa composta por sócios experientes que detenham Atestado de Capacidade Técnica aderentes ao objeto em tela, sem atestado técnico especificamente em nome da empresa, sob pena de afronta ao princípio da competitividade. Está correto o nosso entendimento? Gentileza, motivar.

b) Item 8.10.1 do Edital – considerando o entendimento consolidado do TCU (Acórdão 498/2013-TCU-Plenário), gentileza informar qual a forma de comprovação do vínculo entre a equipe técnica e a empresa?

c) Item 8.10.1.1 – Lote 01 do Edital – considerando as razões acima, a empresa deverá comprovar a atuação em concessões e PPP's que tenham se desenvolvido para além da fase de consulta pública e edital de licitação, sendo suficiente para comprovar a habilitação técnica no lote em tela a demonstração de experiência em fase posterior a publicação do edital de PPP ou concessão, mas que tenha envolvido, inclusive, elaboração de pareceres e prestação de consultoria acerca dos instrumentos convocatórios em comento, demonstrando aptidão suficiente para o objeto ora licitado. Está correto o nosso entendimento? Gentileza, motivar.

## **RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 6**

Trata-se de pedido de esclarecimento apresentado por interessado acerca da interpretação dos requisitos de qualificação técnica previstos no Edital de Pré-qualificação Permanente nº 001/2026, especialmente quanto:

- 1) À possibilidade de utilização de atestados emitidos em nome de sócios para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica (item 8.10.1);
- 2) À forma de comprovação do vínculo entre equipe técnica e empresa;
- 3) À interpretação da exigência contida no item 8.10.1.1 (Lote 01), relativa à fase dos projetos de concessão/PPP.

Sobre o tópico 1, inicialmente, cumpre esclarecer que o edital estabelece clara distinção entre capacidade técnica operacional (experiência da pessoa jurídica) e capacidade técnica profissional (qualificação dos profissionais que compõem a equipe técnica).

Tal distinção encontra respaldo na legislação aplicável, bem como nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais pacificados sobre o tema.

Nesse contexto, não se pode confundir a experiência do profissional com a experiência da pessoa jurídica, tampouco pode-se impor à Contratante a escolha

de uma forma de se exigir tal comprovação em detrimento de outra. Trata-se de discricionariedade da PBH Ativos, empresa responsável pela presente Pré-Qualificação.

Desta forma, resta claro que o entendimento apresentado pelo interessado não merece prosperar.

A comprovação da capacidade técnico-operacional exige demonstração de que a empresa, enquanto organização, executou previamente serviços compatíveis com o objeto pretendido. Ainda que o sócio integre o quadro societário, o atestado emitido em seu nome, comprova experiência individual (técnico-profissional).

Admitir esta forma de atestação implicaria em: esvaziar a distinção entre qualificação técnico-operacional e técnico-profissional prevista no edital; permitir que empresas recém-constituídas, sem qualquer histórico operacional, se equiparem a empresas com experiência institucional comprovada; comprometer a segurança da futura contratação, sobretudo em projetos de elevada complexidade.

Ressalte-se que o atestado expedido em favor do profissional não transmuta automaticamente a experiência individual em experiência empresarial, uma vez que a execução contratual envolve elementos organizacionais mais amplos (governança, processos internos, capacidade de entrega integrada, etc.).

Assim, atestados em nome de sócios não são aptos a comprovar a capacidade técnico-operacional da licitante.

Nesse sentido, a questão abordada no tópico 2 fica prejudicada em seu mérito, uma vez que não serão admitidos atestados do profissional para efeito de comprovação da qualificação técnica operacional.

Portanto, não há que se falar em comprovação de vínculo deste profissional com a pessoa jurídica participante do certame. Neste momento, no que tange à qualificação técnica profissional, somente está sendo exigida nesta fase, a declaração de disponibilidade de equipe técnica compatível com as exigências previstas nos editais das futuras licitações.

Por fim, quanto ao tópico 3, a exigência deve ser interpretada de forma objetiva: não se exige que a atuação da licitante tenha ocorrido especificamente nessas fases; exige-se sim, que os projetos nos quais houve atuação tenham atingido tais marcos.

Ademais, não é necessário que a experiência ultrapasse essas fases como, por exemplo, adjudicação ou execução contratual.

A finalidade da exigência é assegurar que a empresa possua experiência em projetos que tenham atingido grau mínimo de maturidade institucional e regulatória, suficiente para demonstrar aderência ao objeto da contratação.

Portanto, não procede a interpretação de que seria necessária experiência em fases posteriores às previstas no referido dispositivo, tampouco se admite interpretação que amplie ou restrinja indevidamente o critério objetivo fixado no edital.

Diante do exposto, conclui-se:

- 1) Pelo não acolhimento do entendimento de que atestados emitidos em nome de sócios seriam suficientes para comprovação da capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica, devendo tal requisito ser atendido mediante atestados emitidos em nome da própria empresa e/ou consórcio;
- 2) Pelo esclarecimento de que a exigência do item 8.10.1.1 (Lote 01) refere-se à comprovação de experiência em projetos de concessão ou PPP cujos estudos tenham atingido, no mínimo, as fases de publicação de consulta pública e/ou edital de licitação, não sendo necessário que a experiência avance além desses marcos.